SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS

Agente e Escrivão de Polícia da 3ª Classe

PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 e 02)

Laerte

01. Sobre a expressão "A gente", assinale a alternativa correta.

A Trata-se de um exemplo de variação linguística histórica, pois é uma forma arcaica que vem sendo progressivamente substituída pelo pronome "nós".
B É uma forma típica da modalidade escrita da língua, como é comprovado pelo fato de estar presente em uma tirinha.
C Na tirinha, "A gente" estabelece relação de concordância com o verbo "achava" e com o verbo "somos".
D Embora seja semanticamente equivalente a um pronome de primeira pessoa do plural, "a gente" requer que o verbo esteja flexionado na terceira pessoa do singular.
E Estabelece uma relação de polissemia com a palavra "agente", como em "Ele é um agente da Polícia Federal".

02. Qual é a relação entre a linguagem verbal e a linguagem não verbal no terceiro quadro da tirinha?

A Ambiguidade.
B Dissonância.
C Causalidade.
D Oposição.
E Concordância.

03. Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam a mesma regra de acentuação gráfica.

A Destruída – critério – obediência.
B Contemporâneo – indivíduo – critério.
C Destruída – princípio – indivíduo.
D Âmbito – álbum – hábito.
E Âmbito – código – nível.

04. Assinale a alternativa em que a crase foi empregada corretamente.

A Os alunos devem aprender à falhar e isso ocorre quando eles erram às tarefas.
B O homem pediu à Deus mais saúde, pois o deixaram à ver navios.
C Não devo coisa alguma à ninguém, nem à nenhuma entidade.
D À medida que tirei da casa foi anotada naquele papel que dei à ela.
E Dei dinheiro àquela senhora que vive à margem da sociedade.

05. Assinale a alternativa INCORRETA em relação à concordância verbal.

A Pistas são nos dadas pela ciência do diálogo interior.
B A ciência do diálogo interior dá-nos pistas.
C A nós a ciência do diálogo interior dá pistas.
D A ciência do diálogo interior dá pistas para nós.
E Dá-se pistas para nós pela ciência do diálogo interior.

Texto II (Questões 06 a 10)

Como Criamos Significados Na Linguagem Cotidiana?

É comum, nos dias atuais, ouvirmos expressões como "maratonar um seriado", "combater fake news" ou "bloquear um contato no WhatsApp". E embora não tenhamos nenhuma dificuldade em produzir ou compreender essas expressões, nem sempre nos damos conta de que esses usos, como tantos outros em nossa linguagem cotidiana, não são literais, mas sim metafóricos. Isso porque tudo o que nos foi ensinado sobre metáforas faz com que pensemos que só é possível encontrá-las em textos elaborados, produzidos por especialistas que têm uma habilidade especial no manejo da linguagem, tais como escritores, poetas e afins.

A verdade, entretanto, é que as metáforas ocorrem na linguagem como reflexo do nosso

pensamento. Somos capazes de pensar metaforicamente e, por isso, também falamos metaforicamente. E se é assim, faz sentido que não apenas os textos literários, mas também a nossa linguagem cotidiana seja permeada de metáforas.

Mas como são esses processos de pensamento? Por que, afinal de contas, temos a habilidade de pensar metaforicamente? A resposta é relativamente simples, e tem a ver com o fato de que temos que lidar com ideias que não fazem parte de nossa experiência corporal mais direta. Se aquilo que podemos ver, ouvir, provar, cheirar ou tocar é acessível à nossa compreensão, o mesmo não acontece quando se trata de uma ideia abstrata como, por exemplo, o tempo. Embora tenhamos que lidar com o tempo em nosso cotidiano – acordamos cedo para trabalhar, tomamos remédios com hora marcada, etc. –, o tempo não é diretamente captável por nossos sentidos. Diferentemente de casas, árvores, carros, livros e tudo o que faz parte de nossa experiência direta, o conceito de tempo é abstrato. E, por isso, para pensarmos sobre o tempo fica mais fácil usar a estratégia de "traduzi-lo" para algo mais familiar. Essa espécie de tradução é justamente a metáfora, que nos permite tratar conceitos abstratos de forma mais concreta.

No caso do tempo, uma das possibilidades é pensar no tempo como se fosse espaço, e mais especificamente, como se fosse um local. Nesse caso, assim como podemos falar que estamos em um determinado lugar (ex. "Estamos na praça"), podemos nos referir a um período de tempo usando a mesma ideia de local (ex. "Estamos na primavera"). [...]

Lilian Ferrari – Adaptado

06. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

A há outros domínios, além do tempo, em que a metáfora se aplica.
B o tempo é algo tangível, já que sentimos seus efeitos no nosso corpo quando envelhecemos.
C pensamos metaforicamente porque, em português, existe a figura de linguagem "metáfora".
D criamos significados na língua a partir de termos estrangeiros, como "fake news" e "WhatsApp".
E o uso da linguagem metafórica prejudica a intercomunicação nas situações cotidianas.

07. Em relação ao excerto "Mas como são esses processos de pensamento? Por que, afinal de contas, temos a habilidade de pensar metaforicamente?", assinale a alternativa correta.

A "Mas" expressa uma relação de contraste entre as duas perguntas.
B A expressão "afinal de contas" está inadequada. A forma adequada é "ao final das contas".
C As perguntas são feitas com vistas ao recebimento de uma resposta dos leitores.
D "Metaforicamente" modifica o verbo "pensar".
E Não é possível identificar o sujeito do verbo "temos".

08. Qual é a relação sintático-semântica estabelecida em "[...] faz sentido que não apenas os textos literários, mas também a nossa linguagem cotidiana seja permeada de metáforas."?

A Causa.
B Contraste.
C Finalidade.
D Adição.
E Conclusão.

09. A respeito da utilização dos travessões no terceiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.

A Eles indicam a mudança de interlocutor na transcrição de um diálogo.
B Eles sinalizam que a informação contida entre eles é mais importante que as demais.
C Eles poderiam ser substituídos por parênteses sem que isso causasse prejuízo sintático ao período.
D Eles sinalizam que a informação contida entre eles não poderia ser omitida sem que isso causasse prejuízo sintático ao período.
E Eles são usados de forma inadequada, já que o sinal de pontuação apropriado seria a vírgula.

10. Em "[...] especialistas que <u>têm</u> uma habilidade especial [...]", por que o verbo em destaque está acentuado?

A Porque se trata de uma palavra que possui apenas uma sílaba.
B Porque é uma palavra tônica, diferente de "tem" em "ele tem estudado muito", por exemplo.
C Porque a autora cometeu um erro de acentuação.
D Porque ele é pronunciado com o "e" fechado, diferente de "até", por exemplo, que é pronunciado com o "e" aberto.
E Porque o termo "especialistas" está no plural.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

11. A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) subordinou-se, entre outros, ao objetivo de

A promover o desenvolvimento econômico da porção do território goiano que não se integrou ao estado de Tocantins, criado pela Constituição de 1988.
B fazer do Governo Federal o principal responsável pela geração de empregos nos municípios goianos e mineiros limítrofes ao Distrito Federal.
C assegurar que o trabalho de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição ambiental seja arcado integralmente pelos municípios integrantes da RIDE.
D transferir à União a responsabilidade direta pela operação do sistema de transporte público da região, incluindo a fixação das tarifas a serem pagas pelos usuários.
E articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.

12. Entre os anos de 1990 e 2010, o estado de Goiás recebeu um número significativo de indústrias do setor sucroalcooleiro, gerando um aumento na produção de etanol. O crescimento desse tipo de indústria no estado deveu-se principalmente

A ao aumento crescente da demanda internacional por álcool combustível e à alta oferta de recursos industriais.
B à existência de grandes áreas rurais inativas nas quais as lavouras de cana-de-açúcar puderam expandir-se.
C às políticas de incentivos governamentais e à existência de grandes áreas agricultáveis propícias à mecanização.
D ao estoque de terrenos férteis que foram adquiridos a preço simbólico para o plantio pelas usinas de álcool.
E à crescente demanda de consumo de álcool internamente

13. Em Goiás, a Revolução de 1930 foi uma revolução importada, sem raízes próprias na região. Apesar disso, ela teve uma significação profunda, marcando uma nova etapa na história do estado. Entre os legados mais imediatos da Revolução de 1930, em Goiás, destaca-se

A a construção de Goiânia e a mudança da capital, como marco inicial dessa nova etapa, símbolo do progresso e do desenvolvimento do estado.
B o avanço na democratização do poder no estado, cujo exercício contou com ampla e efetiva participação popular e eleições livres e diretas.
C o impulso no processo de crescimento econômico em todo o estado, com o predomínio dos setores industriais e de serviços sobre o setor rural.
D a harmonização das relações entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que resultou no fortalecimento e na autonomia desses poderes.
E o fim da dependência do estado em relação ao governo federal, o que abriu caminho para uma exitosa política de desenvolvimento por vias próprias.

14. Grosso modo pode-se dizer que o termo relevo terrestre refere-se aos altos e baixos da superfície da terra. "É o conjunto de formas que sobressaem na crosta terrestre, concebidas sob ação de forças internas e externas denominadas agentes de relevo". As alternativas a seguir dizem respeito ao relevo do estado de Goiás EXCETO:

A É dominado por Planaltos.
B Apresenta baixa declividade.
C O ponto mais elevado é Pouso Alto na Chapada dos Veadeiros.
D A principal Cordilheira fica na Serra dos Pirineus.
E Não apresenta dificuldade de ocupação e exploração econômica.

Raciocínio Lógico

15. Uma turma de 10 amigas vão brincar de pular corda, então precisam formar trios para ordenar as jogadas, pois duas batem a corda enquanto uma pula. De quantas maneiras diferentes esses trios podem ser formados?

A Esses trios podem ser formados de 219 maneiras diferentes.
B Esses trios podem ser formados de 120 maneiras diferentes.
C Esses trios podem ser formados de 237 maneiras diferentes.
D Esses trios podem ser formados de 480 maneiras diferentes.
E Esses trios podem ser formados de 351 maneiras diferentes.

16. Em uma disputa de pênaltis, quando um time acerta uma cobrança de pênalti, a probabilidade de que esse time acerte a cobrança seguinte é de 70% e, quando um time perde uma cobrança de pênalti, a probabilidade de que esse time também perca a próxima cobrança é de 80%. Se o time A acertou a primeira cobrança, a probabilidade de que esse time perca a sua terceira cobrança é

A 45%.
B 50%.
C 55%.
D 60%.
E 70%.

17. Considere os seguintes conjuntos:

• A = conjunto dos números inteiros maiores do que 1 e menores do que 100.
• B = conjunto dos números que pertencem a A e que são múltiplos de 6.
• C = conjunto dos números que pertencem a A e que são múltiplos de 8.

O número de elementos que pertencem a A e não pertencem a B nem a C é

A 70.
B 72.
C 74.
D 76.
E 78.

18. Considere a afirmação: "Se o acusado estava no hospital então não é culpado". É correto concluir que

A se o acusado não estava no hospital então é culpado.
B se o acusado é culpado então não estava no hospital.
C se o acusado não é culpado então não estava no hospital.
D o acusado estava no hospital e é culpado.
E o acusado não é culpado e não estava no hospital.

19. Considere a sentença: "Paulo é torcedor do Nacional ou Débora não é torcedora do Fast". A negação lógica dessa sentença é

A Paulo não é torcedor do Nacional ou Débora não é torcedora do Fast.
B Paulo não é torcedor do Nacional ou Débora é torcedora do Fast.
C Paulo não é torcedor do Nacional e Débora não é torcedora do Fast.
D Paulo não é torcedor do Nacional e Débora é torcedora do Fast.
E Paulo é torcedor do Nacional ou Débora é torcedora do Fast.

Noções de Direito Administrativo

20. Na seara dos poderes administrativos, o poder de polícia é instituto de grande relevância na sistemática do Direito Administrativo. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

A O fundamento jurídico para o exercício do poder de polícia é o princípio da preponderância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de hegemonia sobre os administrados.
B São exemplos de atos da polícia administrativa fiscalizadora, a dissolução de uma reunião subversiva e o fechamento de estabelecimento comercial aberto sem observância das regras sanitárias.
C No tocante aos atributos do poder de polícia, pode-se dizer que são vinculados e que possuem autoexecutoriedade e coercibilidade.
D Os atos expressivos do Poder Público, dentre eles a polícia administrativa, podem ser delegados a particulares, em decorrência da aplicação do princípio do equilíbrio social.
E A polícia administrativa repressiva pode ser exercida por meio de atos normativos, como regulamentos e portarias, que são disposições que delimitam a atividade do particular.

21. Assinale a alternativa correta acerca do ato administrativo.

A A coisa julgada administrativa impede a revisão do ato administrativo pelo poder judiciário.
B O transcurso do prazo de cinco anos entre a emissão do ato administrativo e a sua convalidação impede que ele seja considerado válido desde sua origem.
C O ato administrativo vinculado confere liberdade para a Administração definir o conteúdo ou o momento em que o ato deva ser praticado.
D A presunção de legitimidade do ato administrativo afasta a necessidade de intervenção judicial para a sua execução.
E Será complexo o ato administrativo cuja formação dependa da conjugação das manifestações de vontade de mais de um órgão.

22. A lei brasileira contempla a responsabilidade estatal com base na chamada "teoria do risco integral", que afasta as excludentes de responsabilidade, na hipótese de danos causados por

A conduta médica inadequada em hospital público.
B acidente em instalação nuclear.
C detento evadido de estabelecimento prisional.
D enchente, em razão da falha na limpeza de galerias de escoamento pluvial.
E desabamento de obra pública.

23. São princípios da administração pública, EXCETO:

A moralidade.
B publicidade.
C impessoalidade.
D legalidade.
E eficácia.

24. Acerca do controle da atividade desempenhada pela administração pública, assinale a opção correta.

A O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.
B O controle de mérito dos atos administrativos é atribuído exclusivamente ao Poder Judiciário.
C O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Legislativo revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.
D O controle de legalidade dos atos administrativos é adstrito ao Poder Legislativo.
E O controle de mérito dos atos administrativos cabe à própria administração pública.

25. A respeito do uso e do abuso de poder, assinale a opção correta.

A O abuso de poder somente pode revestir-se de forma comissiva.
B A prática de ato administrativo com abuso de poder será sempre passível de convalidação.
C Incorrerá em excesso de poder o administrador público que, buscando prestigiar interesse particular, decretar a desapropriação de determinado imóvel rural sob a alegação de interesse social.
D A invalidação da conduta abusiva deve ser realizada por meio de ação judicial, não cabendo a autotutela da administração pública.
E A falta de motivo de ato administrativo revela elemento indiciário do desvio de poder.

Noções de Direito Constitucional

26. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento:

A a garantia do desenvolvimento nacional.
B a dignidade da pessoa humana.
C a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade.
D a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
E a erradicação da pobreza e da marginalização.

27. Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

A João, Sandro e Jaqueline.
B João e Jaqueline, somente.
C Jaqueline, somente.
D Sandro e Jaqueline, somente.
E João, somente.

28. Assinale a alternativa que cita direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição da República.

A Educação, saúde, alimentação.
B Trabalho, moradia, liberdade de expressão.
C Lazer, segurança, sufrágio universal.
D Intimidade, alimentação, trabalho.
E Transporte, igualdade, educação.

29. O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional. Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

A o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;
B o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;
C a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;
D a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;
E a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

30. Nos exatos termos do artigo 144 da Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

A à Polícia Federal destina-se a prevenção e repressão, com exclusividade, do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, do contrabando e do descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
B às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
C a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, à atividade repressiva de crimes ocorridos nas rodovias federais.

D a Polícia Ferroviária Federal destina-se, na forma da lei, à atividade repressiva de crimes ocorridos nas ferrovias federais.
E às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

31. Suponha que a assembleia legislativa de determinado estado da Federação tenha editado lei tratando de desapropriação. Nesse caso, a atuação do ente estadual foi

A correta, se lei complementar ordinária federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.
B errada, pois a competência para legislar sobre o tema é exclusiva da União.
C correta, pois a competência para legislar sobre o tema é comum da União e dos estados.
D correta, pois a competência para legislar sobre o tema é concorrente entre União, estados e municípios.
E correta, se lei complementar federal autorizar o estado a legislar sobre questões específicas do respectivo tema.

32. É atribuição da chefia de governo

A celebrar tratados internacionais, mediante referendo do Congresso Nacional.
B vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
C manter relações com estados estrangeiros.
D celebrar a paz.
E permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.

Noções de Direito Penal

33. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

A pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;
B a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;
C o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;
D o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;
E o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

34. Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que corretamente contenha um crime contra a administração pública que admite modalidade culposa.

A Concussão.
B Corrupção passiva.
C Advocacia Administrativa.
D Peculato.
E Prevaricação.

35. Os agentes A e B praticaram um assalto contra a vítima X, que tinha dezessete anos de idade na data do fato. Durante o assalto, A aproveitou-se da situação de coação da vítima X e, contra a vontade desta, com ela praticou conjunção carnal, enquanto B, sabendo da intenção de A, ficou vigiando o local, sem, entretanto, assistir ao ato sexual. Nessa situação hipotética,

A A praticou roubo circunstanciado e estupro simples, enquanto B só responderá por roubo circunstanciado.
B A praticou roubo circunstanciado e estupro qualificado, enquanto B só responderá por roubo circunstanciado.
C A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro simples.
D A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado, mas B responderá apenas como partícipe do crime de estupro.
E A e B responderão por roubo circunstanciado e estupro qualificado.

36. No que concerne ao tema da imputabilidade penal, assinale a alternativa incorreta.

A Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial
B Não excluem a imputabilidade penal a paixão e a emoção
C A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento
D Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária pelo álcool
E Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez culposa por substância de efeitos análogos ao álcool

37. São causas de exclusão de culpabilidade:

A a embriaguez acidental completa e o erro de proibição
B a prescrição, a decadência e a perempção
C a menoridade e o estado de necessidade
D a inimputabilidade e a legítima defesa
E o erro de tipo e o erro de proibição

38. Infração penal significa:

A Quando um caso não previsto em lei é regulado por um preceito legal, que rege um semelhante.
B Ofensa real ou potencial a um bem jurídico, levando-se em consideração os elementos subjetivos do tipo, a ilicitude e a culpabilidade.
C Todos os valores ético-sociais que estejam a exigir uma proteção especial, no âmbito do direito penal, por se revelarem insuficientes à proteção dos outros ramos do direito.
D Quando o princípio para o caso omitido se deduz do espírito e do sistema do ordenamento jurídico, considerado em seu conjunto.
E Que o delito é sinônimo de contravenção penal no Brasil.

39. Com relação ao sujeito ativo do crime, assinale a afirmativa incorreta.

A Crime comum é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa.
B Crime próprio é aquele que exige do sujeito ativo uma qualidade especial.
C Crime de mão própria é aquele que só pode ser praticado diretamente pelo sujeito ativo, não admitindo sequer a coautoria ou a participação.
D Pessoa jurídica pode, excepcionalmente, ser sujeito ativo de um crime.
E Menor de 18 anos é penalmente inimputável, ficando sujeito às normas estabelecidas na legislação especial.

40. Em relação à lei penal no tempo e à irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que à lei penal mais

A severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.
B benigna aplica-se o princípio da extra-atividade.
C severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.
D severa aplica-se o princípio da extra-atividade.
E benigna aplica-se o princípio da não ultra-atividade.

41. As causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

A Recebimento da denúncia ou da queixa.
B Reincidência.
C Pronúncia.
D Decisão confirmatória da pronúncia.
E Publicação da sentença condenatória recorrível.

42. Configura crime de falsificação de documento público a conduta do agente que falsamente altere

A notas fiscais.
B contrato social de empresa privada.
C testamento particular.
D cartão de débito bancário expedido por autarquia federal.
E fotocópia de carteira de identidade sem autenticação.

43. Em consonância ao Código Penal, foram adotadas, via de regra, quanto ao tempo e ao lugar do crime, bem como quanto ao concurso de pessoas, respectivamente, as teorias

A do resultado, da atividade e monística.
B da atividade, do resultado e pluralística.
C da atividade, mista e unitária.
D do resultado, da ubiquidade e unitária.
E da ubiquidade, da atividade e monística.

Noções de Direito Processual Penal

44. O inquérito policial é atividade investigatória realizada por órgãos oficiais, não podendo ficar a cargo do particular, ainda que a titularidade do exercício da ação penal pelo crime investigado seja atribuída ao ofendido. Considerando-se as características do inquérito policial, é correto afirmar que o texto anterior discorre sobre

A o procedimento escrito do inquérito policial.
B a indisponibilidade do inquérito policial.
C a oficiosidade do inquérito policial.
D a oficialidade do inquérito policial.
E a dispensabilidade do inquérito policial.

45. Em regra, é possível desarquivar o inquérito policial quando fundamentado na

A atipicidade do fato.
B falta de justa causa para a ação penal.
C decadência do direito de representação do ofendido.
D comprovação de coação moral irresistível.
E menoridade do autor do fato.

46. Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

A É indispensável sua instauração e conclusão com indiciamento para o oferecimento da denúncia.
B Não é admitida sua instauração em crime de ação penal pública condicionada a representação.

C O delegado pode arquivar o inquérito policial quando não identificar o autor da infração penal.
D O inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso que reúne informações para subsidiar a ação penal.
E A instauração do inquérito policial, de ofício, pelo delegado é obrigatória em se tratando de crimes de ação penal privada.

47. Preencha as lacunas e assinale a alternativa com a sequência correta: "De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de _____, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de _____, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela."

A 10 dias / 10 dias
B 10 dias / 5 dias
C 30 dias / 30 dias
D 10 dias / 30 dias
E 15 dias / 15 dias

48. No que diz respeito à busca e apreensão, assinale a alternativa incorreta.

A Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência
B As buscas domiciliares serão executadas de dia ou de noite, independentemente do consentimento do morador, e, antes de penetrarem na casa, os executores deverão ler o mandado ao morador, intimando-o a abrir a porta
C Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito
D Não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer
E O mandado de busca deverá mencionar o motivo e os fins da diligência

49. Sobre a cadeia de custódia, assinale a alternativa incorreta:

A Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
B Isolamento é o ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime.
C Coleta é o procedimento por meio do qual cada vestígio é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou o ato.
D Armazenamento é o procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente.
E Descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

50. Acerca do interrogatório do acusado, meio de prova considerado estritamente de defesa, é correto dizer:

A Não pode ser realizado quando já apresentadas alegações finais pelo Ministério Público e defesa.
B Não pode ser realizado por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico.
C Não é necessária entrevista prévia e reservada com o defensor quando for este constituído.
D Não pode ser realizado sem a leitura completa da acusação ao acusado.
E Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente, e o seu silêncio poderá ser interpretado em seu desfavor pelo juiz.

51. A confissão do réu

A é a rainha das provas e dispensa o exame de corpo de delito.
B supre somente o exame de corpo de delito indireto.
C somente se obtida durante a fase judicial dispensa o exame de corpo de delito.
D não pode suprir o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
E deixou de ser rainha das provas no processo penal, tendo em vista que inúmeras razões podem levar a uma confissão, todavia, o exame de corpo de delito, caso a confissão seja considerada válida, torna-se dispensável.

52. A acareação, no CPP, é admitida para resolver divergência entre as versões apresentadas, e pode ser realizada entre

A acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas.
B acusado e a pessoa ofendida, e entre testemunhas, apenas.
C pessoas ofendidas e testemunhas, apenas.
D testemunhas, apenas.
E acusados, apenas.

53. Acerca da prisão em flagrante delito, assinale a opção correta.

A É incabível a lavratura de auto de prisão em razão da prática de crime culposo.
B A ausência de testemunhas presenciais do crime impede a lavratura do auto de prisão.
C O auto de prisão deve ser formalizado em peça única e inteiriça e composto pelas oitivas do condutor, das testemunhas e do interrogatório do indiciado, os quais oporão suas respectivas assinaturas apenas ao final do procedimento.
D É obrigatória a presença de defensor dativo ou constituído por ocasião do interrogatório do investigado.
E Em se tratando de ação penal pública condicionada, a lavratura do auto de prisão está condicionada à manifestação do ofendido.

54. A prisão preventiva não é admitida quando a infração penal configurar

A crime culposo.
B crime doloso.
C extinção da punibilidade por prescrição.
D agente maior de 60 anos de idade.
E crime qualificado pelo resultado.

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial

55. Segundo a Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, que lhe cause:

I. Morte;
II. Sofrimento sexual;
III. Dano moral.

Quais estão corretas?

A Apenas II.
B Apenas I e II.
C Apenas I e III.
D Apenas II e III.
E I, II e III.

56. Sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa INCORRETA.

A Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
B Visa à eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, dentre elas a violência física, a violência moral e a violência psicológica.
C Visa prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar.
D Tem por objetivo prevenir, punir e erradicar a violência praticada apenas contra mulheres casadas legalmente.
E Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

57. Constitui crime de abuso de autoridade cometido por agente público

A decretar, de forma descabida, a condução coercitiva de testemunha.
B constranger a prestar depoimento pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo.
C retardar o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente.
D deixar de comunicar ao juiz, sem justificativa, prisão em flagrante.
E impedir a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

58. A Lei nº 9.099/1995 dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, próprios para o julgamento dos delitos de menor potencial ofensivo, prevendo regramento e institutos próprios. De acordo com a referida legislação e outras subsequentes:

A os crimes de menor potencial ofensivo sempre serão julgados no Juizado Especial Criminal;
B caberá recurso de apelação contra a decisão que rejeitar a denúncia;
C não será possível a suspensão condicional do processo quando não oferecida ou aceita a transação penal;
D a sentença deverá, obrigatoriamente, conter relatório, fundamentação e parte dispositiva;
E consideram-se infrações de menor potencial ofensivo aquelas em que apena máxima não é superior a dois anos e não possuem a elementar violência ou grave ameaça à pessoa.

59. José é motorista profissional e exerce sua profissão prestando serviço para uma escola. Certo dia, em uma determinada via pública, conduzindo um ônibus de transporte de alunos, atropelou um ciclista, que, infelizmente, veio a óbito ainda no local do acidente. Com base no CTB, nessa situação hipotética, José:

A responderá por homicídio doloso e com penalidade de multa.

B responderá por homicídio doloso e a pena será aumentada de 1/6 à metade e multa.
C responderá por homicídio doloso e a pena será aumentada de 1/3 (um terço) à metade.
D poderá ter suspenso ou proibido o direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, apenas.
E será penalizado com detenção, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, e sua pena será aumentada de 1/3 (um terço) à metade.

60. É considerado um crime hediondo:

A Associação ao tráfico de drogas.
B Epidemia com resultado lesão grave ou morte.
C Furto qualificado pelo emprego de explosivo.
D Infanticídio.
E Porte de artefato explosivo.

61. A conduta de submeter uma vítima com 61 anos de idade, sob seu poder, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal constitui

A conduta atípica, por se tratar de exercício regular da curatela.
B crime de lesão corporal cumulado com maus-tratos.
C crime de tortura com causa de aumento de pena.
D crime de tortura na modalidade simples.
E crime especificado no Estatuto do Idoso.

62. Nos termos da Lei nº 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, aquele que deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa com deficiência mental se apodere de arma de fogo, que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, incorre no seguinte crime:

A Omissão de cautela.
B Posse irregular de arma de fogo.
C Porte ilegal de arma de fogo.
D Negligência qualificada.
E Omissão negligente.

63. Em relação aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é correto afirmar que

A esses crimes não alcançam as situações de discriminação relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual.
B a utilização da cruz suástica em camisetas ou bonés caracteriza, em qualquer situação, crime de divulgação do nazismo.
C o rol das condutas tipificadas pela lei que define tais crimes é exaustivo.
D tais crimes são inafiançáveis, mas sujeitos aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal brasileiro.
E a injúria racial difere do crime de racismo, entre outros, pelo bem jurídico tutelado e pela natureza da ação penal.

64. No que se refere às disposições da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa incorreta.

A O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
B O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade
C As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas
D O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, possui finalidade educativa e produtiva
E O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo

65. Nas condutas tipificadas pela Lei nº 11.343/2006, o agente, primário e de bons antecedentes, que atua como "mula", com transporte pontual de entorpecente, caso comprovadas autoria e materialidade, deverá ser condenado por:

A tráfico de drogas privilegiado;
B tráfico de drogas;
C tráfico de drogas privilegiado e associação para o tráfico;
D tráfico de drogas e associação para o tráfico;
E associação para o tráfico.

Noções de Criminalística

66. Alguns dos princípios da criminalística podem receber várias denominações. Um deles, por exemplo, pode ser igualmente chamado de Princípio da Interpretação, Princípio do Uso ou Princípio de Kirk. Tal princípio pode ser sintetizado pela frase:

A "Todo contato deixa uma marca".
B "Dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos".
C "O tempo que passa é a verdade que foge".
D "A análise pericial deve sempre seguir o método científico".
E "Visum et repertum".

67. Quanto ao primeiro agente de segurança pública que aporta em um local de crime e se responsabilizará pela sua preservação, é correto afirmar que ele

A poderá autorizar a entrada de quaisquer pessoas relacionadas à vítima (familiares e amigos) no perímetro isolado.
B deverá permitir a entrada, na área imediata, apenas dos peritos criminais e de familiares da vítima.
C procederá à imediata qualificação da vítima, alcançando, se necessário, a carteira e os objetos nos bolsos desta.
D deverá entrar e sair da área de interesse por trajeto que minimize a alteração de vestígios, registrando as modificações.
E não deverá, em hipótese alguma, tocar no corpo da vítima, ainda que não tenha certeza de que esteja sem vida.

68. No âmbito do processo criminal, o parecer técnico apresentado por um perito particular se diferencia do laudo pericial, porquanto o primeiro

A aborda apenas situações hipotéticas, servindo tão somente de parâmetro para a análise de um fato concreto.
B tem um destinatário específico e não atende a todas as partes do processo.
C terá fé pública quando for exarado nos autos da ação penal, independentemente de seu destinatário.
D impõe o compromisso, em termo próprio, de dizer a verdade, o que não é imposto ao perito oficial.
E tem valor probatório, por si só, na ausência do laudo pericial oficial.

69. Considere as afirmações abaixo acerca da definição de Criminalística.

I – É um sistema de conhecimentos técnicos e científicos de diversas ciências, utilizado com a mesma finalidade dessas.
II – É o ramo do conhecimento que colabora com as investigações policial e judicial, ouvindo depoimentos de pessoas e analisando-os tecnicamente.
III – É a ciência que estuda os vestígios intrínsecos ao corpo humano.
IV – É a ciência que estuda os vestígios materiais extrínsecos ao corpo humano e os locais de crime.

Quais estão corretas?

A Apenas a III.
B Apenas a IV.
C Apenas a I e a II.
D Apenas a I e a III.
E Apenas a II e a IV.

70. Entre os quesitos apresentados nas opções abaixo, o quesito que não deve ser formulado em um laudo de exame de corpo de delito é

A houve intenção de matar?
B há ofensa à integridade corporal ou à saúde?
C qual o instrumento ou o meio que produziu a morte?
D houve perigo de vida?
E a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou outro meio insidioso ou cruel?

Noções de Medicina Legal

71. Assinale a afirmativa INCORRETA com respeito às asfixias.

A Por constrição do pescoço pelas mãos: estrangulamento.
B Em ambientes por gases irrespiráveis: confinamento, asfixia por monóxido de carbono e asfixia por outros vícios de ambiente.
C Por constrição passiva do pescoço, exercida pelo peso do corpo: enforcamento.
D Por obstrução dos orifícios ou condutos respiratórios: sufocações diretas ou indiretas.
E Por transformação do meio gasoso em meio líquido: afogamento.

72. A respeito dos tipos de morte, analise as afirmativas a seguir:

I. Morte natural pode ser assistida ou não assistida.
II. Morte suspeita é sempre violenta.
III. Morte de causa indeterminada é sempre suspeita.
IV. O conceito de morte súbita corresponde a morte imediata e instantânea.
V. Mortes súbitas são sempre consideradas suspeitas.
VI. As mortes violentas podem ser causadas por acidentes, suicídio, homicídios.

Assinale

A se todas as afirmativas estiverem corretas.
B se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
C se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
D se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
E se apenas as afirmativas I, V e VI estiverem corretas.

73. Suponha que traficantes tenham submetido uma adolescente a violência sexual, em uma comunidade carente do Rio de Janeiro. Nesse contexto, na perícia de casos de conjunção carnal, para o exame

objetivo, de natureza específica, deve ser fornecida a informação de

A peso e altura da vítima.
B estado geral da vítima.
C estado civil da vítima.
D aspecto e disposição dos elementos da genitália da vítima.
E lesões externas gerais na vítima (como equimoses, hematomas e escoriações).

74. Assinale a opção que apresenta tipos de lesões decorrentes da ação de agentes térmicos.

A amputações e escoriações
B geladuras e queimaduras
C entorses e escoriações
D queimaduras e entorses
E lesões de arrasto e geladuras

75. As lesões complexas ou mistas são geralmente causadas por um instrumento cujas características de atuação têm mais de um mecanismo de lesão. Por exemplo, lesões causadas por punhais, estiletes, facas e similares, caracterizam uma lesão por:

A Instrumento corto-contundente, produzindo lesão corto contusa.
B Instrumento pérfuro-contundente, produzindo lesão pérfuro contusa.
C Instrumento contundente, produzindo fraturas e luxações.
D Instrumento pérfurocortante, produzindo lesão pérfuro incisa.
E Instrumento contundente, produzindo hematomas e equimoses.

Noções de Legislação Estadual

76. A Lei Orgânica da Polícia Civil de Goiás prevê expressamente como princípio institucional a

A delegabilidade das atribuições funcionais.
B indivisibilidade da investigação policial.
C proteção dos direitos e garantias fundamentais e interação comunitária.
D atuação técnico-científica e imparcial no exercício da perícia oficial.
E eficiência na prevenção e na repressão das infrações penais.

77. Conforme previsão da Lei Estadual nº 20.756/20, os registros da penalidade de advertência serão cancelados se o servidor não houver praticado nova transgressão disciplinar igual ou diversa da anteriormente cometida, contados a partir de sua aplicação, no seguinte prazo:

A 6 (seis) meses.
B 3 (três) anos.
C 2 (dois) anos.
D 1 (um) ano.
E 5 (cinco) anos.

78. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for facultativo, exceto:

A férias
B casamento ou união estável, por 8 (oito) dias consecutivos
C convocação para o serviço militar
D júri e outros serviços obrigatórios por lei
E licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses

79. Considerando a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás, são deveres do servidor policial civil:

I. ter conduta pública irrepreensível;
II. zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
III. tratar com urbanidade as pessoas.

Quais assertivas estão corretas?

A I, II e III
B I, apenas
C II, apenas
D I e II, apenas
E II e III, apenas

80. Considerando os princípios que regem o processo administrativo no Estado de Goiás, na forma da Lei nº 13.800/2001, no que se refere às decisões administrativas e aos direitos dos administrados,

A admite-se interposição, processamento e provimento de recurso com pedido genérico de reexame, prescindindo da exposição dos fundamentos do pedido, entendendo-se como repetição de argumentações precedentes.
B o poder de revisão dos próprios atos pela Administração pública exerce-se por ocasião do exame de reconsideração, não tendo lugar, portanto, nos casos de recurso intempestivo.
C não se admite a delegação da competência para apreciação e decisão de recursos administrativos, o que não se confunde com o juízo de reconsideração passível

de ser exercido pela autoridade que proferiu a decisão recorrida.

D as decisões que apreciam recursos administrativos admitem motivação implícita, referendando manifestações preopinantes, pois se prestam a analisar fatos e alegações já objeto de apreciação anterior.

E cabe ao titular do direito e parte no processo a interposição de recurso administrativo, não se admitindo interposição por terceiros direta ou indiretamente afetados pela decisão.

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Civil de Goiás

NÍVEL SUPERIOR

Agente e Escrivão de Polícia da 3ª Classe																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	**E**	**B**	**E**	**E**	**A**	**D**	**D**	**C**	**E**	**E**	**C**	**A**	**D**	**B**	**A**	**C**	**B**	**D**	**A**
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	**B**	**E**	**E**	**E**	**B**	**B**	**A**	**C**	**E**	**E**	**B**	**B**	**D**	**D**	**C**	**A**	**B**	**C**	**B**
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	**C**	**C**	**D**	**B**	**D**	**D**	**B**	**C**	**D**	**D**	**A**	**E**	**A**	**E**	**D**	**D**	**B**	**E**	**C**
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	**A**	**E**	**A**	**A**	**B**	**D**	**B**	**B**	**A**	**A**	**E**	**D**	**B**	**D**	**B**	**B**	**E**	**A**	**C**